

# A SUPREMACIA DO DÓLARE O MOVIMENTO DE DESDOLARIZAÇÃO DOS BRICS: IMPACTOS GLOBAIS E ALTERNATIVAS PARA UM SISTEMA FINANCEIRO MULTIPOLAR

Maria Eduarda Américo Cordeiro<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo investiga a consolidação da hegemonia do dólar no sistema financeiro internacional e analisa, a partir das ações do bloco BRICS, os movimentos contemporâneos de desdolarização como resposta às assimetrias estruturais dessa ordem monetária. O objetivo central é compreender de que forma as iniciativas dos BRICS buscam reconfigurar o sistema financeiro global em direção a um modelo multipolar menos dependente da moeda norte-americana. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental, utilizando artigos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Os resultados evidenciam que a supremacia do dólar, consolidada desde Bretton Woods e reforçada pelo regime dos petrodólares, garante aos Estados Unidos o “privilégio exorbitante” de financiar déficits em sua própria moeda e exercer influência geopolítica global. Em contrapartida, as economias emergentes enfrentam vulnerabilidades cambiais e dependência de liquidez externa. Nesse cenário, os esforços de desdolarização dos BRICS, embora incipientes, indicam um movimento político relevante rumo à construção de uma ordem financeira internacional mais equilibrada e plural.

**Palavras-chave:** desdolarização; BRICS; privilégio exorbitante; multipolaridade; sistema monetário internacional.

## ABSTRACT

This article investigates the consolidation of the U.S. dollar's hegemony in the international financial system and analyzes, through the actions of the BRICS bloc, contemporary de-dollarization movements as a response to the structural asymmetries of this monetary order. The main objective is to understand how BRICS initiatives aim to reconfigure the global financial system toward a multipolar model less dependent on the U.S. currency. The research is based on a bibliographical and documentary review, drawing on academic articles, institutional reports, and official documents from the New Development Bank (NDB). The findings reveal that the dollar's supremacy, consolidated since Bretton Woods and reinforced by the petrodollar regime, grants the United States the “exorbitant privilege” of financing its deficits in its own currency while exerting global geopolitical influence. Conversely, emerging economies face exchange rate volatility and dependence on external liquidity. In this context, the BRICS' de-dollarization efforts, although still incipient, represent a politically significant movement toward building a more balanced and plural international financial order.

**Keywords:** de-dollarization; BRICS; exorbitant privilege; multipolarity; international monetary system.

## INTRODUÇÃO

A moeda, ao longo da história, nunca foi um simples instrumento técnico de troca, mas um vetor de poder, expressão material das relações de dominação no espaço internacional. No século XX, esse papel foi personificado pelo dólar estadunidense, cuja ascensão à condição de principal divisa global decorreu não apenas da força econômica dos Estados Unidos da América (EUA), mas de uma complexa articulação entre arquitetura institucional, poder geopolítico e engenharia financeira. A centralidade do dólar, longe de ser um fenômeno espontâneo ou meramente funcional, foi o resultado de decisões

estratégicas, como os Acordos de Bretton Woods (1944) e o pacto dos petrodólares (1974), que sedimentaram sua supremacia nas transações internacionais, nos fluxos de capitais e nas reservas cambiais das nações.

Essa hegemonia monetária, descrita por Barry Eichengreen (2011) como “privilégio exorbitante”, confere aos EUA vantagens inatingíveis por outras economias: a prerrogativa de emitir a principal moeda de reserva do sistema internacional, a capacidade de financiar déficits em sua própria divisa, a imunidade relativa a choques cambiais, a redução estrutural de custos de transação e o uso do dólar como instrumento de coerção geoeconômica. Tais assimetrias transformam a moeda americana em uma âncora funcional da ordem financeira global, ao mesmo tempo em que aprofundam as vulnerabilidades de economias emergentes, frequentemente submetidas a volatilidades externas, juros elevados e restrições de soberania monetária.

Nesse cenário, a desdolarização surge como expressão de uma insatisfação sistêmica e como esforço concreto de reconfiguração da ordem monetária vigente. Embora não se trate de um processo abrupto ou linear, observa-se, sobretudo a partir da crise de 2008 e da intensificação do uso político do dólar, uma série de iniciativas lideradas por países e blocos que buscam romper, parcial ou progressivamente, a dependência dessa moeda. Os BRICS, em especial, têm protagonizado alternativas institucionais relevantes, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Arranjo Contingente de Reservas (CRA) e o incentivo ao uso de moedas locais, configurando um movimento articulado em direção a uma arquitetura financeira mais multipolar.

Destarte, a relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os efeitos estruturais da hegemonia do dólar sobre a estabilidade e a soberania econômica das nações, bem como as possibilidades de construção de um sistema financeiro mais equilibrado e plural. O objetivo central consiste em compreender como as estratégias articuladas pelos BRICS buscam reconfigurar a estrutura sistêmica das finanças globais, impulsionando a consolidação de uma ordem monetária multipo-

lar progressivamente emancipada da primazia do dólar estadunidense. Para tanto, este artigo<sup>2</sup> adota uma metodologia de revisão bibliográfica e documental, abrangendo artigos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais de organismos como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Essa abordagem permite analisar criticamente os mecanismos que sustentam o “privilégio exorbitante” e as iniciativas que buscam mitigar suas assimetrias, oferecendo subsídios teóricos para a reflexão sobre a transição em curso rumo a um sistema monetário internacional mais diversificado.

## **HISTÓRIA DO DÓLAR E SUA CONSOLIDAÇÃO NO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL**

O dólar americano desempenha um papel central no sistema financeiro e monetário internacional, sendo amplamente reconhecido como a moeda de referência para o comércio global e reservas internacionais. Assim, sua aceitação universal e relevância estratégica o posiciona como moeda hegemônica no tabuleiro internacional. Essa supremacia, no entanto, não é fruto de um fenômeno espontâneo, mas de um longo processo histórico que envolveu a reconfiguração das dinâmicas econômicas e políticas ao longo do século XX.

A Primeira Guerra Mundial foi o ponto de inflexão. Até 1914, a libra esterlina, lastreada pelo padrão-ouro, ocupava a posição central no comércio e nas finanças globais, garantindo estabilidade e previsibilidade às transações. O conflito, contudo, minou as bases da economia britânica, drenando suas reservas de ouro e limitando sua capacidade de sustentar a moeda como eixo da ordem monetária. Conforme observa Eichengreen (2000), nesse contexto, os Estados Unidos emergiram como credores internacionais, acumulando reservas auríferas, ampliando sua capacidade de crédito e transferindo gradualmente o centro financeiro mundial de Londres para Nova York.

Esse processo foi catalisado pelo protagonismo norte-americano no financiamento da guerra europeia. Bancos privados, como o J.P. Morgan, organizaram volumosos empréstimos à

Grã-Bretanha e à França, enquanto o governo federal mobilizou a sociedade por meio dos Liberty Loans, títulos adquiridos pela população para sustentar o esforço bélico aliado (Ahamed, 2010). A combinação entre capital privado e Estado não apenas fortaleceu a posição dos EUA como potência econômica, mas também inaugurou um novo ciclo em que o dólar se afirmava como alternativa à libra esterlina, consolidando sua relevância no sistema monetário internacional.

Essa centralidade, por sua vez, foi institucionalizada com os Acordos de Bretton Woods, firmados em 1944, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Reunindo 44 países, a conferência revelou o embate entre duas propostas antagônicas: de um lado, John Maynard Keynes defendia a criação do bancor, uma moeda escritural internacional capaz de atenuar a dependência de divisas nacionais; de outro, Harry Dexter White, respaldado pela preeminência econômica e pelo poder político dos Estados Unidos, advogava a centralidade do dólar. A prevalência do modelo norte-americano resultou na consagração do padrão ouro-dólar, pelo qual a moeda estadunidense tornou-se conversível em ouro a uma taxa fixa de US\$ 35 por onça-troy, enquanto as demais moedas passaram a ser atreladas ao dólar. Essa engenharia monetária erigiu o dólar como principal ativo de reserva internacional, ao mesmo tempo em que outorgou aos Estados Unidos o denominado “privilegio exorbitante”, permitindo-lhes sustentar déficits externos sem os constrangimentos cambiais impostos aos demais países (Eichengreen, 2011).

Em paralelo, a arquitetura institucional de Bretton Woods consagrou a criação de organismos multilaterais que moldaram a governança econômica global nas décadas subsequentes: o Fundo Monetário Internacional (FMI), encarregado da estabilidade cambial e da assistência de curto prazo; e o Banco Mundial, destinado ao financiamento da reconstrução e do desenvolvimento. Mais do que instrumentos técnicos, essas instituições consolidaram a capacidade norte-americana de definir os contornos do sistema financeiro internacional, articulando seus interesses estratégicos sob o manto de uma governança multilateral dirigida.

A partir dos anos 1960, o arranjo de Bretton Woods começou a revelar suas contradições estruturais. A expansão da economia mundial ampliava a demanda por liquidez em dólares, obrigando os Estados Unidos a emitir moeda em volumes crescentes. Nesse contexto emergiu o Paradoxo de Triffin, segundo o qual a necessidade de emitir dólares para sustentar a liquidez global minava a confiança na paridade dólar-ouro, já que as reservas de ouro norte-americanas tornavam-se insuficientes para respaldar a crescente circulação monetária. Assim, ainda na década de 1960, o sistema mostrava sinais de esgotamento, colocando em xeque a própria credibilidade de Bretton Woods (Carvalho, 2004; Serrano, 2002; Eichengreen, 2000).

O impasse culminou em 1971, quando Richard Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro, no episódio conhecido como Nixon Shock. Esse ato representou a ruptura definitiva de Bretton Woods e inaugurou a era dos câmbios flutuantes, eliminando o lastro material que sustentava a paridade monetária. Para preservar sua centralidade, Washington estabeleceu em 1974 um acordo estratégico com a Arábia Saudita, que deu origem ao sistema dos petrodólares. Desde então, o petróleo, principal commodity do comércio internacional, passou a ser comercializado exclusivamente em dólares, em troca de garantias militares e apoio político dos EUA à monarquia saudita.

Esse mecanismo assegurou uma demanda estrutural e permanente pela moeda norte-americana e transformou os excedentes da renda petrolífera em capital reinvestido nos mercados financeiros dos EUA, retroalimentando sua capacidade de financiar déficits. Dessa forma, o petróleo substituiu o ouro como pilar da hegemonia monetária, estreitando a articulação entre poder econômico, geopolítica energética e supremacia do dólar. Nas décadas seguintes, mesmo diante de crises como a de 2007-2008, a moeda reafirmou sua resiliência: investidores recorreram ao dólar e aos títulos do Tesouro como porto seguro, enquanto o Federal Reserve forneceu liquidez internacional por meio de swap lines, consolidando-o como pilar indispensável do equilíbrio monetário global. Consoante Joseph Stiglitz (2010), o colapso de outros sistemas financeiros, como o europeu, durante a crise, de-

monstrou que o dólar continuava a ser o pilar central da estabilidade global, mesmo diante de choques originados nos próprios Estados Unidos. Essa dinâmica reflete o que Stiglitz (2010) descreve como o "paradoxo da crise": enquanto o epicentro do problema estava na economia americana, a confiança no dólar permaneceu intacta, graças à sua função histórica como reserva de valor global.

## IMPACTOS GLOBAIS DA SUPREMACIA DO DÓLAR

Consoante Metri (2019), a internacionalização de uma moeda está intrinsecamente vinculada à capacidade do Estado emissor de projetar seu poder para além de suas fronteiras nacionais. Dessa forma, a moeda que se torna referência no sistema internacional tende a ser aquela emitida pela autoridade estatal mais bem-sucedida nas disputas geopolíticas globais. Nessa perspectiva, assim como o poderio político, econômico e militar dos Estados Unidos consolidou a supremacia do dólar no sistema monetário internacional, a hegemonia dessa moeda, por sua vez, confere aos EUA um conjunto de vantagens estruturais que reforçam a perpetuação de seu status quo global. Nesse viés, emerge um questionamento fundamental: até que ponto a hegemonia do dólar no sistema financeiro internacional constitui uma fonte de poder para os Estados Unidos?

Barry Eichengreen (2011) denomina esse conjunto de vantagens estruturais de "privilégio exorbitante", expressão que sintetiza as assimetrias sistêmicas que favorecem a economia norte-americana em relação às demais nações. Tal privilégio manifesta-se em três dimensões centrais: a capacidade de endividar-se indefinidamente e exercer senhoriação; a redução estrutural dos custos associados às transações comerciais e financeiras internacionais; e, por fim, o uso da moeda como instrumento de coerção e projeção de poder geopolítico.

O primeiro fator constitutivo do chamado privilégio exorbitante encontra-se no binômio senhoriação e endividamento ilimitado, que sintetiza a prerrogativa singular dos Estados Uni-

dos de emitir a principal moeda de reserva e de liquidação do sistema internacional. Como destacaram Charles de Gaulle (1960) e, posteriormente, Barry Eichengreen (2011), trata-se de uma anomalia estrutural que permite aos EUA prescindir da acumulação de divisas estrangeiras, ao contrário das demais economias, submetidas a constrangimentos cambiais. Em vez de enfrentarem pressões sobre sua balança de pagamentos ou fuga de capitais, os Estados Unidos sustentam um nível excepcional de confiança por parte de investidores e bancos centrais, o que lhes confere ampla margem de manobra em matéria de política econômica.

Nesse quadro, avulta o mecanismo da senhoriação: o custo ínfimo de emissão do papel-moeda contrasta com o ônus real, suportado por terceiros, de obtenção dos mesmos dólares via bens e serviços. A assimetria é eloquente e, como sublinha Eichengreen (2011), traduz a herança moderna de uma prática antiga: quem cunha a moeda retém parcela do valor. Não surpreende, portanto, que centenas de bilhões de dólares circulem fora dos EUA e que o estoque global de ativos denominados em dólar alcance dimensões colossais, fenômeno que, em termos líquidos, representa uma transferência de recursos reais para a economia norte-americana.

Essa arquitetura monetária reconfigura o significado dos déficits em transações correntes. Em circunstâncias ordinárias, desequilíbrios persistentes tenderiam a deflagrar depreciações cambiais e correções abruptas. No caso norte-americano, porém, a condição do dólar como reserva mundial transforma o déficit em polo de atração de capitais: a liquidez, a profundidade dos mercados e a confiança institucional convertem-se em ímãs de poupança externa. Como observa Metri (2019), o que seria vulnerabilidade para outros países converte-se, nos EUA, em mecanismo de financiamento contínuo, ancorado na centralidade da moeda.

A demanda estrutural por dólares decorre, ainda, da necessidade, muitas vezes coercitiva em termos sistêmicos, de acumular reservas nessa divisa. Para gerir riscos cambiais e blindar balanços de pagamentos, bancos centrais e instituições financeiras mantêm posições relevantes em ativos denominados em dólar. Nessa engrenagem, ganham relevo os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, escolhidos por sua

segurança jurídica, elevada liquidez e ampla disponibilidade. Ao adquiri-los, as autoridades monetárias convertem reservas em um ativo estável, protegendo-se contra choques externos e, simultaneamente, financiando diretamente a dívida pública americana.

O resultado é um circuito auto-reforçado: a procura global pelos títulos do Tesouro dos EUA assegura ao governo norte-americano a colocação rotineira de volumes elevados de dívida, sem abalar expectativas de solvência ou credibilidade. A leitura de Tavares (1984) é precisa: o Federal Reserve opera como se houvesse, a priori, uma base cativa de compradores, de bancos e rentistas, em países centrais e periféricos, capaz de absorver a emissão. Assim, os passivos públicos dos EUA tornam-se o ativo seguro do resto do mundo, num arranjo que solda finanças internacionais e política doméstica americana. Em síntese, os títulos em dólar desempenham um papel de dupla face: são, para os detentores estrangeiros, instrumentos de segurança e liquidez, e, para os EUA, como meio constante de financiamento. A emissão de dívida em moeda própria e a demanda global por Treasuries sustentam a hegemonia do dólar. Assim, o “privilégio exorbitante” é reforçado, perpetuando as assimetrias do sistema monetário internacional.

O segundo pilar que compõe o denominado privilégio exorbitante do dólar está na assimetria dos custos de transação. Enquanto empresas estrangeiras, para participar do comércio internacional, precisam converter suas moedas em dólares, assumindo despesas cambiais e riscos de flutuação, as companhias norte-americanas operam diretamente em sua própria moeda, garantindo liquidez, previsibilidade e competitividade ampliada. Como assinala Eichengreen (2011), essa vantagem estrutural evidencia-se na disparidade entre exportadores que devem reconverter receitas em moedas locais e os norte-americanos, que liquidam transações sem custos adicionais. Os efeitos são sistêmicos: a dependência global do dólar obriga países a acumular reservas nessa divisa como mecanismo de proteção contra volatilidades externas, internalizando ônus que os EUA não enfrentam. Nesse arranjo, sintetiza Metri (2019), a obtenção do dólar por outras economias

demanda exportações constantes ou endividamento externo, ao passo que os Estados Unidos preservam estabilidade e resiliência ao operar em sua própria moeda, transferindo ao restante do sistema internacional os custos de sustentação dessa hegemonia.

O terceiro fator diz respeito ao poder geopolítico advindo da centralidade do dólar. À luz da teoria do poder estrutural de Susan Strange (1998), os Estados Unidos detêm o controle sobre variáveis cruciais (segurança, finanças, produção e conhecimento) e, por consequência, podem ditar as “regras do jogo” na economia política internacional. Após o colapso de Bretton Woods, consolidou-se um arranjo em que a moeda norte-americana, mesmo desprovida de lastro material, permaneceu sustentada pela confiança na hegemonia estadunidense. Tal arranjo permitiu a emergência de instrumentos como a chamada “bomba-dólar”, expressão cunhada por Torres Filho (2019), que simboliza a capacidade dos EUA de monitorar e restringir transações financeiras globais por meio do sistema bancário internacional e do acesso ao Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT)<sup>3</sup>.

Essa “arma financeira” reforça o uso do dólar como instrumento de coerção, permitindo a imposição de sanções econômicas capazes de desconectar países inteiros do sistema financeiro global. Exemplos emblemáticos incluem o bloqueio de Cuba desde a década de 1990, as severas restrições contra a Venezuela a partir de 2017, e a exclusão do Irã do SWIFT em 2012. Nessas situações, a supremacia do dólar transformou-se em instrumento de guerra não convencional, impondo custos devastadores às economias-alvo sem o dispêndio de recursos militares. Como ressaltam Farrell e Newman (2019), trata-se da “interdependência armada”: a capacidade de explorar redes financeiras globais para exercer poder assimétrico sobre adversários estratégicos.

Em última instância, a conjugação entre a redução de custos cambiais e o poder geopolítico revela a dupla face do privilégio exorbitante: no plano econômico, garante aos EUA competitividade estrutural e imunidade frente a riscos que oneram os demais; no plano político, converte a moeda em ferramenta de dominação

global, capaz de impor sanções, moldar comportamentos e condicionar políticas externas de terceiros países. Desse modo, a supremacia do dólar transcende a esfera estritamente econômica, consolidando-se como instrumento de governança e coerção internacional, em torno do qual gravitam tanto a ordem financeira quanto a ordem geopolítica contemporânea.

Nessa perspectiva, os maiores custos da hegemonia do dólar recaem sobre as economias emergentes, cuja inserção no sistema financeiro internacional é marcada por uma profunda assimetria monetária. Segundo Prates (2005), a moeda exerce três funções básicas para a economia: meio de troca, unidade de conta e de denominação dos contratos, e reserva de valor. Para uma moeda operar em um determinado país ela deve atender, necessariamente, a esses três critérios a nível nacional. Nesse sentido, transpondo esse cenário do âmbito doméstico para o âmbito internacional, nota-se que nem todas as moedas conseguem desempenhar integralmente as três funções supracitadas, o que lança as bases para a instauração de uma clara hierarquia entre moedas.

Dessa forma o que irá determinar o nível de cada moeda nesse sistema de hierarquia é o conceito de conversibilidade. A conversibilidade de uma moeda refere-se a sua capacidade de desempenhar essas três funções (meio de pagamento, unidade de conta e de denominação dos contratos, e ativo de reserva) no panorama internacional. Existem diferentes graus de conversibilidade, e isso irá ditar a importância de cada moeda no sistema monetário internacional. Assim, Prates (2005) explica que “uma moeda nacional é totalmente conversível se é capaz de desempenhar no âmbito internacional as três funções da moeda”. (Prates, 2005, p. 274).

Sob essa ótica, apenas o dólar consegue realizar integralmente essas três funções, apresentando, por sua vez, o maior grau de conversibilidade dentre as demais moedas. Isso reforça a posição dominante da moeda norte-americana no sistema de hierarquia monetária internacional. Existem, no entanto, outras categorias de moedas: as secundárias, como o euro e o iene, que, embora amplamente utilizadas em transações internacionais, ainda operam sob a sombra do dólar; e as não conversíveis, emitidas majoritariamente por

países emergentes, situadas nas camadas inferiores dessa estrutura hierárquica (Prates, 2005; Carneiro, 1999). Essa condição de não conversibilidade as condena a uma dependência estrutural do dólar, obrigando-as a acumular reservas na moeda hegemônica para viabilizar importações, amortizar dívidas e se proteger de choques cambiais.

À luz das teorias centro-periferia, desenvolvidas por autores como Raúl Prebisch (1981) e Celso Furtado (1974), essa assimetria monetária reflete a lógica de dependência estrutural que historicamente marcou as relações econômicas internacionais. O “centro”, representado pelas economias avançadas, concentra o poder de emissão das moedas conversíveis e o controle das instituições financeiras globais, enquanto a “periferia” permanece subordinada a fluxos externos de capitais e às oscilações de liquidez internacional. Essa estrutura perpetua um modelo de subordinação monetária, no qual os países periféricos financiam, por meio da acumulação de reservas e do pagamento de juros elevados, a estabilidade do sistema dominado pelo centro. Assim, a hierarquia monetária global é, em essência, uma reprodução financeira da divisão internacional do trabalho, em que os ganhos de senhoria e de estabilidade se concentram no núcleo desenvolvido, ao passo que os custos de vulnerabilidade e ajuste recaem sobre as economias dependentes.

Um dos aspectos mais onerosos dessa lógica manifesta-se na formação das taxas de juros. Economias emissoras de moedas conversíveis, como os Estados Unidos, podem manter juros em patamares baixos, sustentados pela confiança global em seus ativos. Já os países emergentes, desprovidos desse privilégio, enfrentam o chamado “risco-país”, isto é, a necessidade de adicionar ao custo básico do capital uma sobretaxa destinada a compensar a menor credibilidade de suas moedas. Essa diferenciação institucionaliza o que Furtado (1974) denominou de mecanismo de transferência de excedente, pelo qual os fluxos financeiros globais canalizam riqueza da periferia para o centro, sob a forma de juros e valorização de ativos denominados em dólar. Assim, o crédito doméstico encarece, o investimento produtivo é restringido e o crescimento econômico, limitado,

consolidando uma trajetória de dependência e subdesenvolvimento.

Esse quadro revela um dilema estrutural de difícil superação: a elevação das taxas de juros, necessária para atrair capitais e conter a fuga de recursos, provoca simultaneamente contração econômica e aumento do custo do crédito interno. A redução das taxas, por sua vez, embora estimule o crescimento, gera desvalorização cambial e fuga de capitais em direção às economias centrais, encarecendo ainda mais o serviço da dívida externa, geralmente denominada em dólares. Forma-se, assim, um ciclo de vulnerabilidade em que a moeda dominante dita as “regras do jogo”, subordinando os emergentes a decisões que não emanam de sua própria soberania (Carneiro, 1999).

Ademais, essa dependência é agravada pelo peso desproporcional da política monetária estadunidense. As decisões do Federal Reserve, sobretudo os aumentos das taxas de juros, reverberam com intensidade nas economias emergentes, precipitando desvalorizações cambiais, fuga de capitais e elevação do custo de financiamento externo. Episódios como a chamada “Guerra dos Juros” da década de 1980 ilustram de forma paradigmática essa dinâmica, quando a estratégia de Paul Volcker para conter a inflação nos EUA, com juros superiores a 20%, desencadeou uma crise generalizada da dívida latino-americana (Frieden, 2007). Dessa maneira, a hegemonia do dólar consolida-se não apenas como instrumento de liquidez internacional, mas como mecanismo de disciplina e de poder estrutural, reproduzindo o padrão centro-periferia no campo monetário e cristalizando as assimetrias que limitam o desenvolvimento autônomo das economias emergentes.

## **DESDOLARIZAÇÃO: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E INICIATIVAS**

Conforme supracitado, muitos países emergentes e em desenvolvimento são afetados pelas políticas dominantes do dólar, o que lança as bases para a insurgência de discussões sobre a redução da dependência mundial dessa moeda e a necessidade de uma reforma estrutural do

sistema financeiro internacional. O termo desdolarização designa o processo de substituição gradual do dólar americano por outras moedas nas transações comerciais, reservas internacionais e fluxos de investimento. Embora o fenômeno tenha sido observado desde os anos 1990, quando autores como Eichengreen (1992) e Cohen (2003) começaram a discutir a hierarquia monetária internacional, sua consolidação teórica ocorre no contexto pós-crise de 2008, quando as fragilidades do dólar enquanto ativo de reserva global tornaram-se evidentes (Metri, 2017). Na literatura recente, pesquisadores como Bandeira (2024), Li (2023) e Liu e Papa (2022) analisam a desdolarização como parte de um movimento sistêmico de reconfiguração do poder monetário global, impulsionado sobretudo pelos BRICS e por economias que buscam maior soberania financeira. Assim, a desdolarização se apresenta não apenas como uma resposta às assimetrias do sistema financeiro internacional, mas como uma estratégia de construção de uma ordem monetária multipolar, menos dependente da hegemonia estadunidense e mais alinhada à diversificação econômica global.

Nos últimos anos, observa-se um declínio gradual da centralidade do dólar no sistema monetário internacional, revelado tanto pela ascensão de novos polos de poder econômico quanto pela diversificação das reservas cambiais globais (Gouvea; Gutierrez, 2023). A China, por exemplo, já superou os Estados Unidos em setores estratégicos de comércio e investimento em regiões como América Latina, África e Ásia, evidenciando uma redistribuição do protagonismo geoeconômico. Esse processo se reflete na diminuição relativa da participação da economia norte-americana no PIB mundial e, sobretudo, na queda expressiva da fatia das reservas internacionais denominadas em dólares, que recuaram de 73% em 2001 para 57% em 2023 (Bandeira, 2024). Tal movimento, embora não represente o colapso de uma moeda que consolidou sua hegemonia por décadas, sinaliza a erosão gradual de um sistema que há muito tempo confere privilégios econômicos e geopolíticos aos Estados Unidos, sendo a desdolarização compreendida mais como um processo lento e estrutural do que como uma ruptura imediata, conforme observa Yuefen Li

(2023).

Esse cenário tem alimentado o debate em torno da emergência de uma “multipolaridade monetária”, em que o dólar, embora mantenha influência global, passaria a coexistir com outras moedas de relevância regional e internacional. Os BRICS, em especial, têm desempenhado papel central nesse processo ao promover o uso de moedas locais, o fortalecimento de mecanismos financeiros alternativos e a diversificação cambial em suas transações. Conforme indicam Gouvea e Gutierrez (2023), a economia global tende a fragmentar-se ao longo de eixos monetários regionais, com o euro, o renminbi (RMB) e o rublo assumindo funções de referência em seus respectivos espaços geoeconômicos. Nesse contexto, o dólar já não opera mais como o pilar exclusivo do sistema financeiro internacional, mas como parte de um arranjo em transformação que, ainda que incipiente, revela a gradual mitigação de sua estatura hegemônica diante da ascensão de uma ordem monetária mais distribuída e multipolar.

O BRICS é um bloco que tem se destacado na comunidade internacional devido aos seus avanços no que tange à desdolarização. A cimeira inaugural de 2009, realizada ainda sob a denominação BRIC, uma vez que a África do Sul somente se incorporaria ao grupo em 2010, foi concluída com uma declaração clara de seus líderes:

Nós estamos empenhados em promover a reforma das relações internacionais instituições financeiras, de modo a refletir as mudanças na economia global. Também acreditamos que há uma forte necessidade de um sistema monetário internacional estável, previsível e mais diversificado (BRIC, 2009, p.1)

Os BRICS, desde sua consolidação como bloco, têm reiterado em sua agenda a necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional, buscando reduzir a dependência estrutural de seus membros em relação ao dólar norte-americano. Esse objetivo tornou-se particularmente evidente diante da utilização recorrente da moeda estadunidense como instrumento de coerção geopolítica, sobretudo por meio de sanções unilaterais impostas a países como a Rússia e a China. Nesse cenário, iniciativas como os contratos futuros de petróleo em renminbi (RMB), a proposta de uma “Moeda BRICS” e, sobretudo, a criação do Novo Banco de

desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA), formalizados em 2014, despontam como os principais alicerces institucionais de uma estratégia de desdolarização que visa não apenas mitigar vulnerabilidades conjunturais, mas também reconfigurar, em bases multipolares, a governança financeira global (Bandeira, 2024; Li, 2023).

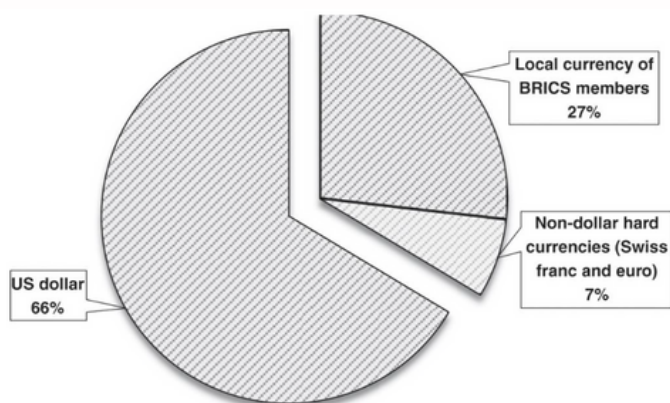
O NDB apresenta-se como uma alternativa ao Banco Mundial, mas com características que o distinguem pela flexibilidade e pela centralidade conferida às moedas locais. Ao privilegiar financiamentos e emissões de títulos denominados nas próprias divisas nacionais, o banco busca atenuar os riscos cambiais, reduzir a exposição à dívida externa em dólar e fortalecer os mercados financeiros regionais. Essa orientação estratégica, prevista em seu Acordo de Criação, reflete-se na meta de emitir ao menos 30% de seus empréstimos em moedas locais, promovendo não apenas maior estabilidade financeira, mas também aprofundando a cooperação intrabloco e sedimentando as bases de uma arquitetura monetária menos dependente da moeda estadunidense (Norton; Hudson, 2023; Bandeira, 2024).

Em paralelo, o CRA constitui um mecanismo de liquidez preventiva concebido para reduzir a necessidade de os países membros recorrerem ao FMI, instância frequentemente associada a condicionalidades onerosas e à imposição de políticas de ajuste estrutural. Dotado de um fundo inicial de USD 100 bilhões, o CRA atua como complemento às reservas internacionais nacionais, fornecendo recursos de forma coordenada e tempestiva diante de pressões cambiais ou instabilidades financeiras. Embora as reservas mobilizadas ainda sejam majoritariamente denominadas em dólares, o arranjo representa um passo decisivo rumo à autonomia monetária coletiva do bloco, ao oferecer um contrapeso concreto à ordem financeira de Bretton Woods e à preeminência do FMI (Liu; Papa, 2022).

paradKundapur Vaman Kamath, que presidiu o NBD até maio de 2020, relatou que aproximadamente um quarto da assistência financeira total concedida pelo Novo Banco de Desenvolvimento se deu em moedas locais até o

final de 2019, valor equivalente a cerca de 15 bilhões de dólares. Adicionalmente, Kamath informou também que o planejamento era que 50% dos projetos deveriam ser financiados em moedas locais. Tudo isso visando que o NDB se distanciasse cada vez mais da emissão de empréstimos expressos em dólar (Liu; Papa, 2022).

Gráfico 1 - Aprovações de empréstimos cumulativos do NDB por tipo de moeda



Fonte: Liu; Papa, 2022.

Conforme evidencia o gráfico 1 acima, de 2014 até 2019, 27% do total de empréstimos aprovados pelo NDB foram concedidos em moedas locais dos países dos BRICS. Mesmo ainda sendo relativamente distante do valor dos empréstimos denominados em dólar (66% do total), esse número é expressivo pois supera as percentagens de empréstimos em moeda local de outros bancos e instituições multilaterais de desenvolvimento. Isso porque, desde sua criação em 2014 o NDB já fornecia empréstimos em renminbi, diversificando, posteriormente, seus empréstimos para outras moedas locais (Liu; Papa, 2022).

Com essa redução progressiva da dependência do dólar americano o Comércio em Moedas Locais (CML) tem se fortalecido cada vez mais, sobretudo entre os países dos BRICS. Alguns exemplos de iniciativas do CML que estão sendo implementadas:

1. Desde 2008, Brasil e Argentina operam o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), permitindo liquidações em reais e pesos sem conversão ao dólar, reduzindo custos cambiais no comércio bilateral (Banco Central, 2023);
2. Em 2023, o Brasil registrou um volume de ex-

portações ao Paraguai de R\$ 894,05 milhões e importações de R\$ 130,80 milhões, reflexo direto do uso do SML nas transações entre os dois países (Banco Central, 2023);

3. A Arábia Saudita, desde 2023, começou a aceitar o renminbi no comércio de petróleo com a China, dessa forma, outros países do Conselho de Cooperação do Golfo também estão considerando essa possibilidade (Bandeira 2024; Malhotra, 2023);

4. Em março de 2023, Brasil e China formalizaram um acordo para liquidações em reais e yuans, culminando na primeira operação em outubro, com a exportação de celulose pela Eldorado Brasil, sem intermediação do dólar (Sá, 2023);

5. A Índia ampliou o uso da rupia no comércio internacional após autorização de seu banco central em 2022, firmando acordos bilaterais com Emirados Árabes Unidos, Malásia, Rússia, Irã e outros países sancionados (Bandeira, 2024; Huleppa, 2023).

Essas iniciativas evidenciam o crescente protagonismo das moedas dos BRICS no comércio global. Segundo o Banco de Compensações Internacionais (2019), o renminbi já ocupa a oitava posição entre as moedas mais negociadas, seguido pela rupia indiana (16<sup>a</sup>), o rublo russo (17<sup>a</sup>) e o real brasileiro (20<sup>a</sup>), consolidando um movimento gradual de diversificação monetária (Liu; Papa, 2022).

No entanto, é imperioso salientar que apesar dos avanços das moedas dos BRICS, ainda persiste significativa resistência à adoção de acordos de swap cambial, em virtude da forte influência do dólar no comércio global. A China, mesmo liderando tais iniciativas ao lado de parceiros como Rússia, Brasil e Arábia Saudita, depara-se com a limitação de que mais de 30% de suas exportações em 2022 ainda se destinavam a Estados Unidos, União Europeia e Japão, o que a mantém estruturalmente dependente do dólar e do euro em parte expressiva de seu comércio internacional (Gouvea; Gutierrez, 2023).

Não obstante, Pequim busca contornar esse quadro por meio da diversificação de suas alianças, investindo em projetos como o Corredor China-Ásia Ocidental e a Nova Rota da Seda, ao mesmo tempo em que avança na digitalização monetária com o Renminbi Digital. Essa estraté-

gia visa tanto ampliar sua influência financeira regional quanto consolidar uma alternativa tecnológica que, no futuro, poderá reduzir a centralidade do dólar no sistema internacional (Gouvea; Gutierrez, 2023; Bandeira, 2024).

Ademais, a China tem investido em infraestrutura financeira robusta para fortalecer a internacionalização do renminbi e reduzir sua dependência de sistemas financeiros dominados pelos EUA. Dessa forma, em 2015 o país lançou o Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço (CIPS), mecanismo que permite a compensação direta de transações em RMB onshore, eliminando a necessidade de intermediários offshore. Isso não apenas promove o uso do renminbi no comércio internacional, mas também serve como alternativa ao sistema SWIFT, mitigando os riscos de exposição a sanções econômicas dos EUA. Com padrões de mensagens de pagamentos como ISO 20022, o CIPS busca interoperabilidade global. Dessa forma, apesar de não ter se desvinculado totalmente do sistema SWIFT, o CIPS o utiliza como uma forma de se popularizar e ampliar seu contato com instituições financeiras globais. Dessa forma, Liu e Papa (2022, p. 39) afirmam que:

Mais de 3.000 bancos e outras instituições financeiras conduziram negócios reais por meio do CIPS. No final de 2020, o CIPS estava processando RMB135,7 bilhões (USD19,4 bilhões) diariamente. O volume anual de negócios atingiu RMB 45,3 trilhões em 2020. [...] Quanto mais participantes globais houver no CIPS, mais ampla será sua comunicação direta com instituições financeiras estrangeiras – e, portanto, maior será seu potencial de operar de forma independente. Além disso, a adoção mais ampla do CIPS também acelerará o uso mais amplo do renminbi no mercado financeiro internacional.

Outra iniciativa central é a expansão da rede de cartões bancários UnionPay, lançada em 2002. Com mais de 7,5 bilhões de cartões emitidos globalmente, a UnionPay superou Visa e Mastercard em volume de emissões, consolidando sua posição como a maior provedora de cartões de pagamento do mundo (Liu; Papa, 2022). Até 2021, a UnionPay tinha presença em 180 países, promovendo o fortalecimento do renminbi por meio de sua rede de pagamentos (UnionPay Media Reports, 2019). Dessa forma, a globalização dessa infraestrutura e sua aceitação maciça nos BRICS, estimula o uso do renminbi em transações transfronteiriças, refletindo a estratégia chinesa em criar um arca-

bouço financeiro paralelo que desafia a hegemonia do dólar.

A Rússia, por sua vez, também tem voltado seus esforços em prol da desdolarização. Vários líderes russos ao longo da história já manifestaram expressamente sua preocupação com a supremacia do dólar americano. Em 2012, Sergei Ryabkov, vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia na época, expressou-se publicamente sobre o assunto, afirmando que “é necessário tornar-se menos dependente do dólar”. O presidente Putin, inaugurou seu quarto mandato em 2018 tendo como uma das prioridades de sua agenda desdolarizar ainda mais a economia russa. Em seu discurso no parlamento russo, em 2018, Putin declarou que a Rússia precisava “se livrar do fardo do dólar”, já que a hegemonia do dólar americano no sistema financeiro internacional era, segundo ele, “não confiável e perigosa” (Liu; Papa, 2022).

Contudo, as iniciativas de desdolarização da Rússia iniciaram-se de fato em 2014, quando o presidente Barack Obama formalizou a Ordem Executiva nº 13661, que visava atingir cartões bancários emitidos por algumas instituições financeiras russas. Em virtude disso, tanto a Visa quanto a Mastercard encerraram o processamento de transações para os clientes na Rússia, resultando no bloqueio das funções de pagamento de aproximadamente 500.000 cartões de crédito e débito desses bancos (Xu, 2020). Esse cenário impactou de forma significativa a economia da Rússia, que enfrentava também ameaças recorrentes dos Estados Unidos de exclusão do sistema SWIFT, uma medida que poderia isolar o país do sistema financeiro global. Nessa perspectiva, a Rússia teve que buscar alternativas para contornar as sanções e ameaças estadunidenses.

Assim, desde 2014, a Federação Russa tem aprofundado esforços para se desvincular da infraestrutura financeira dominada pelo Ocidente, notadamente por meio da criação do Sistema para Transferência de Mensagens Financeiras (SPFS), concebido como alternativa ao SWIFT. Estruturado para integrar bancos e instituições estrangeiras, o mecanismo já contava, até 2019, com a adesão de 8 bancos internacionais e 34 entidades jurídicas, consolidando uma rede transnacional de pagamentos independente.

Paralelamente, em resposta direta às sanções que culminaram na suspensão dos serviços da VISA e da Mastercard em 2022, Moscou impulsionou o desenvolvimento do sistema de pagamentos MIR (criado originalmente em 2014 pelo Banco Central da Rússia com o propósito de garantir a soberania das transações domésticas e reduzir a dependência de redes ocidentais), intensificando articulações com os países do BRICS, em especial a China, para ampliar sua aceitação extraterritorial e fortalecer a arquitetura do SPFS. Tais iniciativas traduzem não apenas uma busca por autonomia estratégica, mas inscrevem-se no escopo mais amplo da desdolarização, que avança como vetor de contestação à hegemonia monetária estadunidense e prenuncia uma reconfiguração gradual, porém disruptiva, da ordem financeira internacional (Fukutomi, 2023; Liu; Papa, 2022).

Em síntese, o processo de desdolarização configura-se como mais do que uma mera reação econômica: trata-se de uma reconfiguração estrutural da arquitetura financeira internacional. À medida que China, Rússia e outros atores emergentes expandem suas zonas de influência monetária, o sistema global tende a deslocar-se de um paradigma unipolar, ancorado na primazia estadunidense, para uma dinâmica multipolar em que o poder financeiro assume contornos mais difusos, contestados e interdependentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu descortinar os fundamentos históricos, institucionais e geopolíticos que alicerçaram a supremacia do dólar no sistema financeiro internacional. Desde sua consolidação como moeda de reserva global até sua instrumentalização como ferramenta de poder, o dólar ocupou posição central na ordem monetária internacional, conferindo aos Estados Unidos vantagens únicas, como senhoriagem, endividamento em moeda própria e capacidade de coerção financeira. Tais privilégios, entretanto, revelam as assimetrias estruturais de um sistema que beneficia desproporcionalmente o centro em detrimento da periferia.

As economias emergentes, ao operarem em um arcabouço moldado pela moeda norte-americana, enfrentam restrições severas: juros elevados, instabilidade cambial e dependência de fluxos externos. Nesse contexto, a desdolarização não se apresenta apenas como resposta técnica, mas como projeto político de reequilíbrio sistêmico. Iniciativas dos BRICS, como o uso de moedas locais, a criação de instituições financeiras próprias e a busca por maior autonomia monetária, evidenciam que há alternativas viáveis à atual configuração, ainda que permeadas por desafios de escala, coordenação e resistência internacional.

Perspectivas futuras indicam que, embora a hegemonia do dólar permaneça resiliente, ela já não é incontestável. O avanço de moedas como o renminbi, a diversificação das reservas cambiais e o fortalecimento de mecanismos financeiros paralelos sinalizam o esboço de uma ordem monetária mais distribuída. A desdolarização, nesse sentido, configura-se como processo em curso, lento, mas consistente, rumo a uma arquitetura global mais multipolar, na qual diferentes polos de poder monetário possam coexistir, mitigar desequilíbrios e refletir com maior fidelidade a nova geoeconomia mundial.

## NOTAS

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: dudacordeiro\_17@icloud.com

<sup>2</sup> O presente trabalho consiste em uma versão reduzida da monografia, de mesmo título, apresentada em 2024. A versão integral do estudo está disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/14466>.

<sup>3</sup> O SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication) é uma rede global de mensagens financeiras, criada em 1973, que conecta bancos e instituições financeiras em todo o mundo. Ele padroniza e facilita transações internacionais, sendo central no sistema financeiro global. Entretanto, seu domínio também é usado como ferramenta

geopolítica, já que sanções econômicas frequentemente restringem o acesso de países ao sistema, como no caso do Irã e da Rússia (Cipriani; Goldberg; Spada, 2023).

## REFERÊNCIAS

- AHAMED, L. **Lords of Finance: 1929, the Great Depression and the Bankers Who Broke the World**. London: Windmill Books, 2010.
- ALIKHANI, H. **Sanctioning Iran: Anatomy of a Failed Policy**. I.B. Tauris, 2000. BAER, Werner. **The Brazilian Economy: Growth and Development**. 5. ed. Nova York: Praeger, 2001.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/sml>. Acesso em: 16 out. 2025
- BANDEIRA, P. **Fatores Impulsionadores da Desdolarização: Uma Análise Econométrica**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, 2024.
- BELLUZZO, L. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados**. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, p. 11-20, jun. 1995.
- BORDO, M. **The Bretton Woods international monetary system: a historical overview**. In: BORDO, M. D.; EINCHEGREEN, B. (ed.). *A retrospective on the Bretton Woods System: lessons for international monetary reform*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1993. p. 3-108.
- BRIC. **Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders. Yekaterinburg**, Russia, 16 June 2009. Disponível em: <https://www.brics.utoronto.ca/docs/090616-leaders.html>. Acesso em: 16 out. 2025
- CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, p. 57-92, dez. 1999.
- CARVALHO, F. De Bretton woods aos 60 anos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 70, p. 51-63, nov. 2004.
- CATÃO, L. A. V.; TERRONES, M. E. Financial De-Dollarization: A Global Perspective and the Peruvian Experience. *International Monetary Fund*, n. 097, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5089/9781484341377.001>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- CHAMBERS, James. **Neither a Borrower nor a Lender Be: America Attempts to Collect its War Debts 1922-1934**. Dissertação (Mestrado) – East Tennessee State University, Johnson City, 2011. Disponível em: <https://dc.etsu.edu/etd/1363>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- CIPRIANI, M; GOLDBERG, L; LA SPADA, G. Financial Sanctions, SWIFT, and the Architecture of the International Payment System. *Journal of Economic Perspectives*, v. 37, n. 1, p. 31–52, Winter 2023.
- COHEN, B. **The Future of Money**. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- COHEN, B. **The Future of Global Currency: The Euro versus the Dollar**. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do SMI**. São Paulo: Editora 34, 2000.

EICHENGREEN, B. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

EICHENGREEN, B. **Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1919-1939**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

ESTEVIÃO, M.; EVERAERT, G. **Enhancing Monetary Policy Flexibility Through De-dollarization**. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2016/09/21/enhancing-monetary-policy-flexibility-through-de-dollarization>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FARIAS, H.; GÓIS, C.; LOURES, D. A moeda como fonte de poder: as sanções financeiras e a “bomba-dólar” em Cuba e na Venezuela. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 13, 2022.

FARRELL, H.; NEWMAN, A. Interdependência armada: como as redes econômicas globais moldam a coerção estatal. **Segurança Internacional**, vol. 44, n. 1, 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **China e Brasil fecham primeira operação completa em moedas locais**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 4 out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/china-e-brasil-fecham-primeira-operacao-completa-em-moedas-locais.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FRIEDEN, J. **Global Capitalism: Its Fall and Rise in the Twentieth Century**. New York: W. W. Norton & Company, 2007.

FUKUTOMI, S. **Russia and Iran eye trade route with India to bypass sanctions**. Nikkei Asia, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Russia-and-Iran-eye-trade-route-with-India-to-bypass-sanctions>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOUVEA, R.; GUTIERREZ, M. De-Dollarization: The Harbinger of a New Globalization Architecture? **Theoretical Economics Letters**, v. 13, n. 4, p. 791–807, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/tel.2023.134046>. Acesso em: 14 nov. 2024.

HASS, R.; DENMARK, A. **More pain than gain: How the US-China trade war hurt America**. Brookings, 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/more-pain-than-gain-how-the-us-china-trade-war-hurt-america/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

HELLEINER, E. **The Making of National Money: Territorial Currencies in Historical Perspective**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

KEYNES, J. **A Tract on Monetary Reform**. London: Macmillan, 1923.

LI, Y. **Trends, reasons and prospects of de-dollarization**. 2023.

Liu, Z. Z., & Papa, M. **Can BRICS De-dollarize the Global Financial System?** Em *Can BRICS De-dollarize the Global Financial System?* Cambridge University Press, 2023.

METRI, M. A diplomacia monetária dos Estados Unidos nos anos setenta. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, 2017.

METRI, M. **EUA não será indiferente às iniciativas de desdolarização e defenderá sua moeda.**

Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU), 7 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.opeu.org.br/2023/07/07/metri-eua-nao-sera-indiferente-as-iniciativas-de-desdolarizacao-e-defendera-sua-moeda/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

METRI, M. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp. IE, v. 31, 2022.

OLIVEIRA, G.; MAIA, G.; MARIANO, J. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2008.

PEREZ, L. A. **Cuba and the United States: Ties of Singular Intimacy**. Athens: University of Georgia Press. 2003

PRATES, D. M. As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 263-288, maio/ago. 2005.

PREBISCH, R. **Capitalismo Periférico: crisis y transformación**. 1 ed. México: Fondo da Cultura Económica, 1981.

RAJAN, R **Fault Lines: How Hidden Fractures Still Threaten the World Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

SHEN, G.; LIU, W. **RMB internationalization a long-term process**. China Daily, 2023. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202304/24/WS6445c71ba310b6054facf4ec.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

STIGLITZ, J. **Freefall: America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2010.

STRANGE, S. **States and Markets**. London: Continuum, 1998.

UNIONPAY MEDIA REPORTS. UnionPay banks em sua inovação para aumentar a influência global. **UnionPay International**, 27 set. 2019. Disponível em: [www.unionpayintl.com/en/mediaCenter/newsCenter/mediaReports/5752.shtml](http://www.unionpayintl.com/en/mediaCenter/newsCenter/mediaReports/5752.shtml). Acesso em: 14 nov. 2024.

XU, W. **O Sistema SWIFT: Um Foco no Sistema Financeiro EUA-Rússia Confronto**. Conselho Russo de Assuntos Internacionais, 2020.